

**PROCESSO SELETIVO PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA  
RESULTADOS NA SEGURANÇA PÚBLICA – CEGPR**

**PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO -  
2025.2**

<b>NOME:</b>		
<b>INSCRIÇÃO:</b>	<b>SALA:</b>	<b>DATA: ____/____/2025</b>
<b>ASSINATURA:</b>		

**ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO**

**LEIA COM ATENÇÃO ESTAS INSTRUÇÕES GERAIS ANTES DE REALIZAR AS PROVAS.**

- Conforme o cronograma constante do Anexo IV do Edital 01/2025 CEPOSS/COPEI/AESP, a duração da presente prova será de 3 (três) horas, das 09h00min às 12h00min.
- Não será admitido o ingresso de candidato(a) no ambiente de prova portando armas e/ou sob efeito de bebidas alcoólicas e/ou substâncias entorpecentes.
- Objetos pessoais e equipamentos eletrônicos, inclusive telefone celular, deverão ser desligados e colocados obrigatoriamente embaixo das carteiras, não sendo permitida sua manipulação durante a realização da prova.
- funcionamento de qualquer equipamento eletrônico, ainda que acidental, acarretará a eliminação automática do(a) candidato(a).
- AESP/CE não se responsabiliza pela guarda, perda, extravio ou danos de quaisquer objetos pessoais levados pelos(as) candidatos(as).
- O(a) candidato(a) deverá apresentar, obrigatoriamente, documento oficial de identificação funcional com foto.
- Em sala, a comunicação entre os candidatos não será permitida, sob qualquer forma ou alegação.
- Não será permitido o uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive ou de qualquer outro recurso didático, elétrico ou eletrônico, nem o uso de qualquer acessório que cubra as orelhas do candidato.
- Verifique se este caderno de prova contém 20 questões. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Cada questão da prova constitui-se de cinco alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E, das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha o cartão de respostas completando totalmente a pequena bolha, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta.
- Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido mais de uma bolha no cartão de respostas, bem como questões cuja bolha apresente rasuras no cartão de respostas.
- O cartão de respostas não será substituído em hipótese alguma; portanto, evite rasuras.
- Os(as) candidatos(as) deverão permanecer no local de prova por, no mínimo, 01 (uma) hora após o seu início. O descumprimento implicará em eliminação automática.
- Somente será permitido o retorno do caderno de provas nos últimos 15 (quinze) minutos finais do tempo regulamentar.
- Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas.
- O(a) candidato(a) deverá deixar o local imediatamente, sendo vedado o retorno à sala de aplicação sob qualquer justificativa.
- Quaisquer outras situações deverão ser tratadas com o Aplicador da Prova;
- Os três últimos alunos só poderão deixar a sala juntos, após entregarem seus cadernos de provas e assinarem a lista de assinatura no local indicado para os 3 últimos alunos.



**PROCESSO SELETIVO PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NA  
SEGURANÇA PÚBLICA – CEGPR**

<b>NOME:</b>		
<b>INSCRIÇÃO:</b>	<b>SALA:</b>	<b>DATA:</b> ____/____/2025
<b>ASSINATURA:</b>		

**ATENÇÃO:** Solicita-se ao candidato que leia atentamente o texto a seguir antes de iniciar a resolução das questões de 01 a 04.

**O “SISTEMA” DE GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.**

O exame das propostas e realizações dos planos nacionais de segurança pública revela que, ao longo do período examinado, algumas proposições se mantiveram em relevo, como o incremento da formação e aperfeiçoamento profissional de policiais, sendo incorporadas ao longo dos anos em diversas iniciativas da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, com base em alguns relevantes princípios, segundo os quais a segurança pública é um direito do cidadão e a educação configura-se como um dos principais pilares para o aperfeiçoamento técnico e gerencial e o estabelecimento e/ou no aprofundamento do conteúdo democrático de práticas e rotinas das organizações policiais. Sob esse ponto de vista ressalta-se que, nos últimos anos, houve um esforço de maior amplitude por parte do estado brasileiro no sentido de identificar e sistematizar temáticas, preocupações e práticas relacionadas à questão da segurança, bem como de alternativas para viabilizar os objetivos dos planos, constituindo-se uma alavanca para a indução da reforma das polícias brasileiras. Entretanto, não obstante tenha se observado a intensificação de discussões e iniciativas, com a participação de diferentes atores, a prática da governança pública na área da segurança pública tem apresentado, até o momento, sérias deficiências. Nos estudos realizados (Poncioni, 2004; 2008) foi verificado que com relação à formação e aperfeiçoamento profissional de policiais, a efetivação do conjunto de diretrizes e ações necessárias para conduzir mudanças que induzam a um “novo paradigma” na formação profissional de policiais brasileiros, vem sendo limitada por alguns impasses a despeito dos esforços envidados pela Senasp. Persiste na área da chamada “educação policial” fragilidades no que diz respeito às ferramentas necessárias – humanas e materiais – para articular as reformulações propostas para a capacitação e aprimoramento dos recursos humanos da polícia. Em trabalho anterior sobre o processo de formação profissional do policial nas academias de polícia – civil e militar – do estado do Rio de Janeiro (Poncioni, 2004), constatou-se a quase total ausência de diretrizes emanadas por uma política pública para nortear as ações da polícia, com relação especialmente à formação profissional desenvolvida nas academias de polícia, embora estivesse presente em diferentes discursos públicos, inclusive no da própria polícia, a argumentação sobre a necessidade do desenvolvimento de um novo paradigma na socialização profissional de policiais para a assimilação de valores e estratégias mais afinados com o provimento da segurança pública com respeito à cidadania. Foi verificado, ainda, que não há uma equipe técnica especializada, principalmente de professores qualificados, que atue junto ao ensino, treinamento e supervisão profissional de policiais nas academias de polícia. Além disso, não há bibliotecas, e quando existem nem sempre os títulos são apropriados para os estudos relacionados à segurança pública; não há salas de estudo; não existem laboratórios de informática, dentre outros recursos materiais necessários para a formação e aperfeiçoamento profissional de policiais. Apesar de a pesquisa de campo ter se concentrado no Rio de Janeiro, esta não é uma realidade peculiar apenas deste estado da federação, podendo ser generalizada a outros estados brasileiros. Para um estudo sobre o assunto, incluindo outros estados da federação, consultar a respeito: Ministério da Justiça (2006). Em outra pesquisa (Poncioni, 2008) realizada junto aos policiais, civis e militares, envolvidos com a formação profissional e as autoridades do governo do Rio de Janeiro sobre os impactos das políticas públicas – nacional e estadual – na área de educação policial, verificou-se, ainda, que apesar da menção aos documentos elaborados para a formação profissional básica, como a “Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública” (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e o “Currículo Integrado” para as polícias, civil e militar (Instituto de Segurança Pública – ISP/SSPRJ), não se estabeleceu um amplo debate sobre os modelos policiais profissionais e as estratégias necessárias à transmissão e sedimentação de conhecimentos, valores e comportamentos para nortear uma extensa e profunda reforma na forma de atuação dos operadores de segurança pública, com vistas a incrementar um padrão de excelência e comportamento ético no exercício cotidiano do trabalho dos membros desse grupo ocupacional específico para o cumprimento do mandato policial na sociedade brasileira contemporânea. Neste sentido, ainda que se verifiquem mudanças nas polícias brasileiras, nos últimos anos, é possível argumentar que, com raras exceções, as mesmas não têm sido marcadas pela combinação entre uma nova concepção do trabalho policial e um treinamento em técnicas e estratégias mais eficientes e responsáveis para o controle mais efetivo do crime e a redução da violência na sociedade brasileira contemporânea. Permanece, em um significativo número de estados brasileiros, uma maneira de conceber o trabalho policial fundamentalmente como “combate ao crime”, empregando-se frequentemente o uso intensivo de táticas e procedimentos de “guerra” nas práticas policiais para o

“combate ao crime”. Partindo-se dos aspectos levantados no breve cenário esboçado, evidencia-se que, por um lado, houve nos últimos anos várias intervenções públicas, a partir principalmente dos planos nacionais de segurança pública, para o incremento de um novo paradigma na área da chamada “educação policial”. Mais do que isso, pode-se verificar que essas iniciativas desenvolveram-se em parceria com diferentes atores e setores da sociedade, assinalando uma nova direção, supostamente mais democrática, no que diz respeito à governança da segurança no país. Sem dúvida, constata-se que houve avanços substanciais nesse sentido. Por outro, chama a atenção certas fragilidades na consecução dos propósitos de estabelecer um novo paradigma – o da segurança pública com cidadania – na chamada “educação policial”.

#### REFERÊNCIA

PONCIONI, Paula. O “sistema” de governança democrática da política pública de segurança: algumas considerações preliminares. Civitas: Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 48–55, jan./abr. 2013.

**01. De acordo com o texto acima sobre governança e política de segurança pública no Brasil, qual é um dos principais pilares para o aperfeiçoamento técnico e gerencial, e para o aprofundamento do conteúdo democrático das práticas policiais?**

- a) O aumento do efetivo policial nas ruas.
- b) A aquisição de equipamentos de alta tecnologia para as forças de segurança.
- c) A formação e o aperfeiçoamento profissional de policiais, com base na educação.
- d) A militarização da polícia e a adoção de táticas de guerra no combate ao crime.
- e) A redução sistemática dos recursos alocados para a segurança pública.

**02. O texto aponta sérias deficiências na prática da governança pública na área da segurança pública, apesar de um maior esforço do Estado brasileiro. Qual é um dos impasses que limita a efetivação de um "novo paradigma" na formação profissional de policiais, mesmo com os esforços da Senasp?**

- a) A falta de interesse dos policiais em se aperfeiçoar profissionalmente.
- b) A ausência de bibliotecas e outros recursos materiais necessários para a formação.
- c) O excesso de recursos humanos qualificados nas academias de polícia.
- d) A inexistência de planos nacionais de segurança pública.
- e) A pouca participação de diferentes atores nas discussões sobre segurança.

**03. Qual é uma das principais fragilidades persistentes no cenário nacional, segundo a conclusão do texto, em relação à área de segurança pública e, em particular, a um projeto educacional para policiais?**

- a) A excessiva centralização das ações e decisões em uma única esfera de governo.
- b) A efetividade dos programas de monitoramento e avaliação das ações policiais.
- c) A ausência de problemas de fragmentação e dispersão das ações.
- d) A total ausência de discussão sobre os modelos policiais profissionais.
- e) Os problemas de fragmentação e dispersão das ações, e a dificuldade em colocar em obra valores de longo alcance institucional e societário.

**04. No que concerne ao Estado do Ceará, qual seria o foco principal do planejamento estratégico para a implementação de um sistema integrado de segurança pública?**

- a) A redução dos custos operacionais e a otimização de recursos financeiros.
- b) A expansão do número de efetivos policiais e a aquisição de novos veículos.
- c) A produtividade, qualidade e continuidade das ações de segurança.
- d) A criação de novas leis e regulamentos para o combate à criminalidade.
- e) A militarização das forças de segurança e o aumento do poder bélico.

**05. Qual dos itens abaixo consta um dos objetivos do planejamento estratégico da segurança pública desenvolvido pela Supesp no Ceará?**

- a) A diminuição da participação popular nas decisões de segurança.
- b) A centralização das informações em apenas um órgão governamental.
- c) A garantia de um ambiente mais seguro e protegido para a população cearense.
- d) O direcionamento de recursos apenas para o combate direto ao crime.
- e) A exclusão da tecnologia no aprimoramento das ações de segurança.

**06. A Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP) realizou um estudo com policiais militares do Estado do Ceará (PMCE) que participaram de cursos sobre abordagem humanizada ministrados pela Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP/CE). O estudo utilizou registros institucionais relativos à conduta dos agentes antes e depois da formação, com foco em ocorrências envolvendo emprego da força. Todos os dados analisados foram coletados a partir de sistemas administrativos existentes, referentes a eventos já consolidados.**

**Considerando a metodologia científica aplicada, a pesquisa descrita se classifica como:**

- a) Pesquisa experimental, uma vez que envolve comparação entre grupos submetidos ou não à capacitação, com aplicação controlada da variável independente.
- b) Pesquisa de campo, por ser realizada com dados originados diretamente das atividades operacionais dos policiais em ambiente real.
- c) Pesquisa explicativa, pois busca compreender as causas subjacentes à mudança de conduta dos agentes a partir de inferências estatísticas.
- d) Pesquisa ex post facto, por examinar efeitos de uma intervenção já ocorrida, com base em dados retrospectivos que não foram manipulados pelos pesquisadores.
- e) Pesquisa aplicada, por visar gerar conhecimento voltado à melhoria de práticas institucionais no contexto da segurança pública.

**07. A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS/CE), em parceria com a Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (SUPESP), coordenou um estudo estratégico envolvendo todas as vinculadas (PMCE, PCCE, CBMCE, PEFOCE e AESP/CE). A investigação teve por objetivo mapear fatores institucionais que impactam o desempenho operacional, por meio de observação direta de rotinas, entrevistas com servidores em seus ambientes de trabalho, aplicação de questionários estruturados com escalas de percepção e registro de práticas internas em campo.**

**Os dados subsidiaram a revisão de metas da política de gestão para resultados da SSPDS/CE. Com base no caso descrito e nos fundamentos do material de referência, assinale a alternativa que melhor classifica o tipo de pesquisa adotado:**

- a) Pesquisa aplicada, por visar à resolução de problemas práticos na estrutura institucional das vinculadas, com uso de dados coletados (in)diretamente nos órgãos.
- b) Pesquisa documental, pela utilização de formulários institucionais, planos de gestão e relatórios internos para análise da performance organizacional.
- c) Estudo de caso múltiplo, pela análise simultânea de unidades distintas, com foco descritivo nas especificidades operacionais de cada vinculada.
- d) Pesquisa de campo, pela coleta direta de dados empíricos nos ambientes institucionais e operacionais, mediante entrevistas e observação em tempo real.
- e) Pesquisa exploratória, por buscar levantar hipóteses iniciais sobre o funcionamento dos sistemas de gestão, sem estrutura de investigação definida.

**08. Durante a produção do artigo científico final no âmbito do CEGPR (AESP), uma candidata escolhe o tema “A utilização de metas e indicadores na gestão de resultados do sistema penitenciário cearense”. Ela deseja estruturar seu trabalho de forma adequada desde a fase inicial, considerando as orientações da ABNT e o manual utilizado.**

**Assinale a alternativa que apresenta um elemento pré-textual obrigatório em artigos científicos, conforme a NBR 6022:2018 e o manual de Timbó et al. (2021):**

- a) Considerações finais.
- b) Quadro de indicadores.
- c) Palavras-chave.
- d) Introdução.
- e) Fundamentação teórica.

**09. Uma discente do Curso de Especialização em Gestão Pública para Resultados (CEGPR), promovido pela AESP, está finalizando seu artigo científico intitulado “A aplicação de metas por desempenho na segurança pública: estudo de caso em batalhões da Polícia Militar do Ceará”. Após a apresentação dos dados e análises no desenvolvimento, ela se dedica à redação da conclusão, etapa que deve seguir os critérios técnicos da bibliografia consultada.**

**Considerando a estrutura e função dessa seção no artigo científico, qual das alternativas representa corretamente o conteúdo esperado na conclusão, conforme os padrões normativos?**

- a) Elaboração de uma retomada expandida da introdução, incluindo novas fontes teóricas e aprofundamentos dos achados conceituais.
- b) Sistematização dos principais achados da pesquisa, com análise do grau de atendimento aos objetivos propostos.
- c) Exposição detalhada dos procedimentos metodológicos e justificativa da escolha dos instrumentos utilizados.
- d) Apresentação integral dos achados empíricos obtidos, visando à replicabilidade plena do estudo.
- e) Discussão livre sobre o tema com recomendações subjetivas e sugestões de leitura complementar.

**10. Diversos manuais afirmam que planejamento e orçamento formam um processo único na Constituição. Qual alternativa melhor identifica o dispositivo que serve de base a essa concepção?**

- a) Preceito constitucional que integra, num mesmo dispositivo, os três instrumentos de planejamento.
- b) Dispositivo que regula a política agrícola nacional.
- c) Norma que define princípios gerais de contabilidade pública.
- d) Dispositivo que trata da política urbana.
- e) Norma que disciplina a política monetária.

**11. De acordo com a Constituição de 1988 e a literatura de Orçamento Público, qual figura expressa corretamente a hierarquia e a vigência dos três instrumentos integrados?**

- a) LOA (quadrienal) > PPA (anual) > LDO (anual).
- b) PPA (quadrienal) > LDO (anual) > LOA (anual).
- c) LDO (bienal) > PPA (decenal) > LOA (anual).
- d) LOA (anual) > PPA (quadrienal) > LDO (anual).
- e) PPA (anual) > LOA (quadrienal) > LDO (anual).

**12. Qual princípio assegura que todas as receitas e despesas do Estado devem constar da lei orçamentária “pelos seus valores brutos”, evitando que existam recursos ou gastos fora do controle legislativo?**

- a) Exclusividade.
- b) Unidade.
- c) Universalidade.
- d) Equilíbrio.
- e) Anualidade.

**13. Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta das fases clássicas do ciclo orçamentário brasileiro:**

- a) Elaboração → Execução → Autorização legislativa → Avaliação e controle.
- b) Elaboração → Autorização legislativa → Execução → Avaliação e controle.
- c) Autorização legislativa → Elaboração → Execução → Avaliação e controle.
- d) Execução → Elaboração → Autorização legislativa → Avaliação e controle.
- e) Avaliação e controle → Elaboração → Execução → Autorização legislativa.

**14. Podemos citar como etapas da Gestão por Resultados (GpR):**

- a) Petição inicial, audiências, sentença, recursos e execução.
- b) Definição dos objetivos, orientação para resultados, avaliação organizacional, escuta e observação.
- c) Revisão dos objetivos organizacionais, definição das metas, monitoramento do processo, avaliação de desempenho, comunicação e engajamento.
- d) Diagnóstico situacional, metas norteadoras, avaliação 360, feedback e planejamento de longo prazo.
- e) Definição do método que será utilizado, elaboração do questionário, estabelecimento da escala de avaliação, aplicação e feedback.

**15. Objetos que servem para guardar informações e permitem dar nomes a cada uma das partes da informação que se quer guardar. Essa é a definição qual elemento utilizado na estatística?**

- a) Variáveis.
- b) População.
- c) Amostra.
- d) Série estatística.
- e) Tabelas.

**16. Entre as tecnologias disruptivas utilizadas pelo sistema de segurança, tanto a nível nacional como estadual, podemos citar:**

- a) TML, Java, C++, React e Python.
- b) Softwares de personalização, interação e colaboração, sensoriamento remoto, inteligência artificial, Starlink.
- c) GPS, drones, scanners 3D, Seis sigmas e PDCA.
- d) Business Intelligence (BI), Python, softwares de sensoriamento remoto, fotogrametria.
- e) Inteligência artificial, big data, softwares de produção de dashboards (BI), estatística espacial, entre outros.

**17. O Governo do Estado do Ceará instituiu através da Lei 19.178/2025, de 27 de fevereiro de 2025, o Sistema de Metas Integradas de Segurança Pública - MISP, coordenado pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS e abrangendo todos os seus órgãos vinculados. Sobre o Misp é correto afirmar:**

- a) A compensação pecuniária será proporcional ao percentual de atingimento da meta, o qual será limitado a 100% (cem por cento), e considerará o valor máximo individual de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para todos os servidores e militares, por período de apuração.
- b) O pagamento da compensação pecuniária ocorrerá após apuração do resultado do cumprimento das metas por trimestre, considerando o peso e o percentual de resultado atingido para cada Indicador Estratégico de Criminalidade.
- c) As metas e a metodologia utilizadas para cálculo da compensação pecuniária serão definidas pela Superintendência de Pesquisa e Estratégia em Segurança Pública - SUPESP, considerando a necessidade de contínuo ajuste à dinâmica criminal, social e à realidade operacional dos diversos órgãos envolvidos.
- d) Os indicadores estratégicos no Sistema Misp, previstos no art. 2º, da Lei n.º 19.178, de 27 de fevereiro de 2025, terão as seguintes composições: CVLI - Crimes Violentos Letais e Intencionais; CVP - Crimes Violentos Contra o Patrimônio; SCP – Solução de Crimes e Prisões compreendendo: SCP-CVLI – Solução relacionada com o CVLI e SCP-CVP – Solução relacionada com o CVP.
- e) A compensação pecuniária será proporcional ao percentual de atingimento da meta em cada Participação, limitada a 100%, pagos com os recursos que compõem o Fundo de Incentivo ao Cumprimento de Metas na Área da Segurança Pública do Estado do Ceará. Do valor estabelecido, será utilizado o valor variável decorrente dos recursos não distribuídos pelo não atingimento da meta em 100%, para pagamento de uma parcela adicional ao prêmio, denominado de Valor Residual.

**18. O Sistema de Metas Integradas de Segurança Pública - Misp, instituído pela Lei 19.178/2025, trouxe como inovação, quando comparado a outras políticas de compensação pelo atingimento de metas, a possibilidade de ensejar benefícios nos processos de ascensão funcional dos servidores da Segurança Pública. Neste contexto é correto afirmar:**

- a) O envio do Plano de Ação Integrado referente a redução dos indicadores de CVLI e CVP dentro do prazo estabelecido pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação das Metas Integradas de Segurança Pública para cada ciclo, confere a Área Integrada de Segurança 1(um) ponto em promoção por merecimento ou 02 (dois) dias na redução do interstício para ascensão funcional.
- b) Os benefícios para a ascensão funcional previstos na legislação para os servidores da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, Perícia Forense e Polícia Civil são redução de interstício e pontuação diferenciada em promoção por merecimento, ficando a critério de cada órgão a sua aplicação.
- c) Quanto ao cumprimento parcial de metas estabelecidas em cada ciclo, fica estabelecido para as unidades operacionais um total de 15(quinze) pontos na promoção por merecimento ou 15 (quinze) dias na redução do interstício para ascensão funcional.
- d) Para os servidores de unidades administrativas dos órgãos Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Perícia Forense e Polícia Civil, o indicador considerado para aferição dos critérios de pontuação por merecimento ou redução de interstício é o CVLI.
- e) Para as unidades especializadas da Polícia Militar do Ceará, será considerado para fins de pontuação na promoção por merecimento, atingimento das metas totais ou parciais de CVLI e CVP por região integrada e pelo Estado.

**19. Sobre os indicadores estratégicos do Sistema de Metas Integradas de Segurança Pública - Misp é correto afirmar:**

- a) O Índice de Laudos Produzidos - ILP, de responsabilidade da Pefoce, é composto pelo resultado do número de laudos periciais emitidos, por cada um dos seus núcleos, no ciclo de apuração do Misp. Do número total de laudos produzidos, por cada núcleo, os quais possuem metas específicas, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser emitidos em até 30 (trinta) dias a contar da data de requisição.
- b) O Índice de Prevenção e Salvamento - IPS, de responsabilidade do CBMCE, é composto pelo resultado dos indicadores finalísticos e de prevenção, por cada uma de suas unidades, no ciclo de apuração do Misp.
- c) Crimes Violentos Contra o Patrimônio -CVP: somatório de crimes de homicídio doloso, feminicídio, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte (latrocínio);
- d) Crimes Violentos Letais Intencionais -CVLI: somatório de crimes classificados como roubo, exceto o roubo seguido de morte (latrocínio).
- e) O indicador SCP – Solução de Crimes e Prisões compreende: SCP-CVLI – Solução relacionada com o CVLI e SCP-CVP – Solução relacionada com o CVP, onde para fins de cômputo da meta alcançada, para cada três prisões realizadas, se reduz um caso no indicador CVLI ou CVP.

**20. No Sistema de Metas Integradas de Segurança Pública - Misp, em virtude do cumprimento, integral ou parcial, das metas estabelecidas, será devido ao servidor ou militar o pagamento de compensação pecuniária, após apuração do resultado de cada ciclo, considerando o peso e o percentual de cada indicador estratégico. Sobre os percentuais dos indicadores estratégicos é correto afirmar:**

- a) Para a Polícia Militar e Polícia Civil 60% (sessenta por cento) do valor máximo da compensação pecuniária será referente ao cumprimento da meta das AIS, na proporção 30% (trinta por cento) correspondente ao índice CVLI e 30% (trinta por cento) correspondente ao índice de CVP.
- b) Para os Núcleos Perícia Forense e Unidades do Corpo de Bombeiros, 20% (vinte por cento) do valor máximo da compensação pecuniária será referente ao cumprimento da meta CVLI da Região e 20% (vinte por cento) do valor máximo da compensação pecuniária será referente ao cumprimento da meta CVLI do Estado.
- c) A compensação pecuniária para atingimento parcial da meta para os Núcleos Perícia Forense e Unidades unidades do Corpo de Bombeiros é na proporção de redução entre 0,01% e 49,99% da meta, recebimento de 25% do percentual máximo e para redução entre 50,00% e 99,99% da meta, recebimento de 50% do percentual máximo.
- d) Para os integrantes de unidades administrativas é possível a percepção de 40% (quarenta por cento) do valor máximo da compensação pecuniária, em razão do cumprimento da meta de CVLI do Estado.
- e) Para os integrantes de unidades especializadas da Polícia Civil e Militar 80% (oitenta por cento) do valor máximo da compensação pecuniária será referente ao cumprimento da meta da Região e 20% (vinte por cento) do valor máximo da compensação pecuniária será referente ao cumprimento da meta do Estado, para redução de CVP.

**COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E ENSINO INTEGRADO  
CÉLULA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU  
PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS AO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM  
GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA**

**PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO - 2025.2**

**GABARITO OFICIAL:**

- 1- C
- 2- B
- 3- E
- 4-C
- 5-B
- 6-D
- 7-D
- 8-C
- 9-B
- 10-A
- 11-B
- 12-C
- 13-B
- 14- C
- 15-A
- 16-E
- 17-A
- 18-D
- 19-B
- 20-B